

Directores: ANTÓNIO QUADROS e FERNANDO MORGADO

GENYALO W.  
VASCONELOS  
Av. Ant. Ag. Ag. 120-4,  
LISBOA

### ARTISTAS PORTUGUESES-II

## QUERUBIM LAPA—Pintor

Vide pág. 7



PEIXEIRA

## O EQUÍVOCO

*Elementos  
para a iluminação  
do Sistema Português  
de Equívocos*

### O EQUÍVOCO FILOSÓFICO

Coisificação do pensamento. Dogmatização. Predomínio do estático. A filosofia é ensinada como factologia. Daí que se tenha entre nós transformado em história. O aluno não aprende a idear: tão-só a fixar ideias feitas. Conservará para sempre esta mentalidade.

Empobrecimento das faculdades de espírito. Descartadas a sensibilidade, a imaginação, a intuição e a tradição, os Portugueses, passivos perante a fruste glória filosófica dos Franco-Germânicos, vieram também a reduzir a original capacidade gnóstica, à razão.

Mas como isto não existe em estado puro e a matemática só serve para fins limitados e pragmáticos, traduziram-na (eles e nós) em termos de vontade. Partidarismo. Dogma. Catecismo. Autoridade. Raciocínamos? Não. Aceitamos por imposição sofismas de racionalidade.

Por este caminho atingimos o paradoxo máximo. O conhecimento é igual ao não conhecimento.

Sociologia. Positivismo. «Polítique d'abord». Abdição do sábio perante as forças sociais, de quantidade. O numérico vale mais do que o qualitativo: suprema flor do pensamento ocidental, a máquina de lavar a roupa. A vida construída sobre o imediato. Sobre o corporal e indirectamente anímico. Sobre as apêndices físicas. Sobre a preguiça e sobre o trabalho (falaciosa tese e antítese). Abdição. Pensar custa muito e a razão é um círculo sem fim que a si mesmo volta. Abdição. Em vez de pensar: alistamo-nos; delegamos; fillamo-nos; votamos. Outros que pensem por nós. E quem pensa por eles, por esses que supomos pensarem por nós? Não pensam: querem. E assim a humanidade cada vez menos consciente de ser vítima do trágico embuste que o seu mesmo pensamento esgandrou.

A ideia é uma abstracção. A história da filosofia arvora-a em facto. A política, em ideal. A essência é tendência, não realidade. Assim se teceu um incerto esqueleto de ideias e ideais. Toma-se o esqueleto pelo corpo. Toma-se o corpo pelo espírito.

Por último, a derradeira cidadela. Ao menos, as coisas são. E existem. Proclamemos o ser. A existência. Ai está a realidade irradiável. Conceptuar. Generalizar. Atingir o vago classificativo. Tudo é idêntico. Tudo é ser. Um homem é igual a uma árvore. Uma árvore é igual a uma mesa. Metafísica que a física é forçada a confirmar. As legislações ou ocasionais ramificações da matéria provam o primado da êntica. Tudo certo para os professores de filosofia e para os apaniguados. Agora, é só aplicar. Fornos crematórios de homens ou urtigas — tanto faz. São meras transformações de ser.

Porém... tudo isto se move, se diferencia, se multiplica, evolui e constantemente acrescenta novos enigmas aos antigos e ainda inexplicados.

Explodem as leis e o absurdo pesa constantemente sobre os sistematizadores. Explodem as leis, as ideias, as verdades, os dogmas. A substância é agora energia. Já nem há a coragem de falar de uma energia como ontem se falava de uma matéria, de um ser. O que são, de onde vêm, para onde vão as forças energéticas que a todo o momento se descobrem no centro das inumeráveis ordens da realidade? Reverte-se ao simbolismo alquímico. Os elementos. O fogo. Há que rever tudo. Os ocidentais andaram com demasiada pressa e passaram ao lado do essencial. Imaginar é uma fusão filosófica. Intuir é uma outra forma de visão. Sonhar. Descobrir. Estamos no limiar de uma filosofia nova, que edificaremos sobre os escombros da antiga. Urge voltar ao princípio, às origens. E, se possível, evitar os erros que empeceram a evolução do pensamento humano. O equívoco da filosofia actual reside, todo ele, em não ter compreendido ainda que a palavra Fim já foi

(Continua na pág. 12)

# OS ILIMITES DA CIÊNCIA

I. DEPOIS DO IDEALISMO

Depois de Hegel, o hegelismo terá sido utilizado predominantemente no acordo com um evolucionismo político, pois o seu conceito de articulação da liberdade com a justiça e, conseqüentemente, da sujeição do indivíduo ao Estado, propiciaram regimes da direita ou da esquerda que assim encontravam um fundamento filosófico que bem poderia ser considerado, em determinado plano, como uma actualização da teoria política de Maquiavel. Por outro lado, a aplicação da dialéctica ao fenómeno político constituía uma arma tão poderosa quanto era difícil responder-lhe no plano lógico. Hegel escreve na sua Introdução à Filosofia da História que «a Razão governa o mundo, tal como governou e sempre governará a história. Em face deste princípio em si e por si universal e substancial, tudo o resto é subordinado, é apenas um meio ao seu serviço.» Tudo o resto — é a humanidade, evidentemente, que assim pode ser legitimamente sacrificada à Ideia. Por outro lado, esta actividade permanece sem sanção, mesmo lógica, já que todos os estádios da evolução histórica, mesmo os que mais maléficamente se exercem, têm a sua justificação na teodicéia hegeliana e são até necessários na dialéctica espiritual dos eventos. Vale a pena — embora nos afastemos um pouco do tema principal do nosso estudo, citar a propósito o passo porventura mais significativo da Filosofia da História: «A nossa meditação nesse sentido é uma teodicéia, uma justificação de Deus. É o que Leibniz tentou realizar à sua maneira segundo categorias ainda abstractas e indeterminadas: todo o mal que existe no mundo, inclusivamente o mal moral devia ser compreendido, era necessário reconciliar o espírito que pensa com o negativo. Ora é na história que todo o mal se apresenta em massa, de um modo concreto, sob os nossos olhos... Só poderemos atingir esta reconciliação pelo conhecimento do afirmativo onde o negativo se desvanece tornando-se num momento subordinado e ultrapassado — tomando consciência do que é em verdade o fim último deste mundo e realizando por outro lado que este fim foi nele efectivamente expresso e que o mal não se manifestou ao seu lado no mesmo grau e ao mesmo título. A justificação visa a tornar o mal compreensível perante o poderio absoluto da Razão. Trata-se da categoria do negativo, do que atrás falámos, mostrando-nos como na história o que há de melhor e de mais nobre é sacrificado no seu altar. Este negativo é repudiado pela razão que pensa e quer pôr no seu lugar um fim afirmativo. A razão não pode deter-se no facto de que indivíduos isolados hajam sido lesados; os fins particulares perdem-se no Universal».

Se, porém, subsiste em muitos países — pelo menos nas classes governantes — a herança teodiceico-política de Hegel, estes abandonaram por completo a gnosiologia racionalista. Por outras palavras, conhecer não é para eles tomar a consciência da Ideia em movimento, mas tão só uma actividade secundária e gratuita, degradada ao nível de um luxo ou de um subproduto da burguesia ociosa. O mesmo se passa — falamos agora num plano sociológico, isto é, com referência a formas institucionais e educativas — nos países em que o hegelismo pragmático é mais ténue e a legitimidade política procura radicar-se na vontade do maior número. Superado o idealismo, já na fórmula do idealismo crítico de Kant, já na fórmula do idealismo transcendental de Schelling, já na fórmula do idealismo absoluto de Hegel, superado no primeiro caso

Por  
ANTÓNIO QUADROS

pelo argumento da impotência, superado no segundo caso pelo argumento da indeterminação e fragilidade do método epistemológico, superado no último caso pela evidente descarneação e desalmação de um sistema onde, no nível gnosiológico, a Ideia ocupa e invade por completo o Homem, como que eliminando e devorando os próprios homens em seu globalismo psíquico e em sua livre determinação, surgem então dos escombros de uma filosofia desmoronada, duas correntes que, cada uma a seu modo, procuram resolver o problema segundo novos dados. São elas o positivismo e o cientismo.

## 2 — A LIMITAÇÃO POSITIVISTA

Trata-se, devemos sublinhá-lo, de correntes cujos fins são estruturalmente diversos, embora num plano inferior se alimentem mutuamente. Se o positivismo se defende, principalmente em Conte, de ficar ligado a uma metafísica, o certo é que todas as suas presuposições são materialistas, o que indica nele uma metafísica da matéria na preocupação de encontrar uma unidade a todos os seres. Ao mesmo tempo, para se estruturar, o positivismo recorre ao apoio científico, praticando no entanto uma escolha que, desde logo, o restringe em relação ao cientismo autêntico. Assim é que na Classificação das Ciências de Augusto Conte não há lugar para a Psicologia. Muitos dos seus seguidores, como John Stuart Mill, discordam neste ponto do mestre, mas o fundamento psicológico do positivismo é sempre débil: e se o não fosse não haveria aliás positivismo. Com efeito, reconhecendo como única e positivamente as ciências da natureza — e delas eliminando até, como o demonstra o matemático e filósofo A. N. Whitehead, o momento da hipótese científica, o positivismo restringe ab initio o impulso da ciência para o conhecimento, o que nenhum cientista digno deste nome pode aceitar. O filósofo positivo procura assimilar, organizar, sistematizar um momento factual, mas não se detém no exame da experiência do próprio facto, aceitando como fiel a simples percepção sensorial, deixando no esquecimento a conexão existente entre cada facto e toda uma série de factos que lhe estão ligados, e sobretudo praticando uma escolha ou dando importância a certos factos sobre outros através de um critério que lhe escapa, critério que para muitos é simplesmente o do sentimento. Com efeito, de entre as infinidades de factos que se amontoam caoticamente diante da visão humana actual ou diante da visão histórica, o filósofo positivista colhe uns e abandona os outros sem cuidar de analisar porque motivo deixou no esquecimento a maior porção factológica. A cem anos de distância, um filósofo de formação científica como Whitehead repõe a teoria de Conte e encontra na sua base o sentimento, pois só uma escolha de natureza sentimental determina em verdade a entronização de certos factos. A relação do observador com o facto observado tem presuposições inconscientes que escapam evidentemente a pensadores sem psicologia. O inconsciente é o domínio dos complexos, dos recalques, das sementes de vária origem deixadas na infância ou em vida mais profunda, que germinam sem que a consciência se aperceba e irrompem violentamente numa sentimentalidade irracional. Seja qual for o colorido de tal

sentimentalidade, depressa se transformarão numa crença de nível primário: é a crença na importância de certos factos em relação a outros; é a crença de que uns factos são verdadeiros e os outros ilusórios como por exemplo os factos do sentido onírico, premunitório ou transcendente: sonhos, visões místicas, acontecimentos dificilmente explicáveis pela lógica quotidiana; é a crença de que aqueles factos em que se acredita, não são mais do que aquilo que parecem.

Porque tem um fundo de excessiva crença factológica, o positivismo não podia nunca confundir-se com o impulso científico que, esse, na sua pureza, está sempre em condições de assumir a dependência dos factos em relação a causas mais profundas. Criticando o positivismo em nome da ciência, Whitehead vai ao ponto de afirmar que, com o positivismo, não pode haver progresso. «Suponhamos», escreve «que há cem mil anos os nossos antepassados tivessem sido discretos positivistas. Não teriam tratado de procurar razões. Ter-se-iam contentado com simples factos. Teria sido o desenvolvimento, da falta de necessidade. Não teriam buscado encontrar razões sob os factos imediatamente observados. A civilização nunca se teria desenvolvido. As nossas diversas faculdades de observação pormenorizada do mundo teriam permanecido adormecidas». E Whitehead conclui: «A inteira doutrina da vida na natureza sofreu de infecção positivista. Foi-nos dito que não existe mais nada em relação ao mecanismo descrito nas fórmulas físicas e químicas, que não existe mais nada no processo da natureza...».

Utilizámos a crítica de Whitehead, pois se trata, em realidade, não só de um filósofo, mas de um dos mais notáveis matemáticos do nosso tempo — e sabe-se que na Classificação das Ciências, a matemática ocupa o primeiro lugar. E não só o primeiro lugar: para Conte, a matemática é como que uma ciência demiúrgica e dela derivam as restantes cinco ciências, por ordem de generalidade decrescente: a astronomia, a física, a química, a biologia e a sociologia. E uma concepção do mundo na qual, conforme expressão lapidária, a vida moral se explica pela vida fisiológica, esta pela química, a química pela física e todas juntas pelas matemáticas.

Pois é precisamente um matemático bem mais autorizado do do Conte quem vem denunciar o sofisma lógico: para Whitehead — basta ler «A ciência e o mundo moderno» ou a «Introdução às matemáticas» — é essencial o lugar da matemática no conhecimento. A sua validade, porém, depende da recta apreciação do facto concreto. É o que Whitehead nega aos positivistas. Tal como nos é apresentado na sua teoria, o facto é uma realidade trunca e não serve de base à ciência. O pensador inglês dá-nos o exemplo mais simples que pode imaginar-se. Parece certo que um grupo de quarenta unidades pode subdividir-se em dois grupos de vinte. Portanto, um grupo de quarenta maçãs poderá subdividir-se em dois grupos de maçãs. Sucede porém, que, se um dos grupos de maçãs está mal contado, a operação inteira perde o sentido. Aplicando a mesma crítica a fenómenos de complexidade incomparavelmente maior, verificaremos facilmente que um erro de contagem, ou seja, um erro de observação, um erro na experiência dos factos, vicia inexoravelmente, já a matemática no plano médio, já a filo-

sófia no nível superior. Por isso Whitehead fala do positivismo em termos de infecção, de vírus: o positivista é o que conta mal ou, em termos mais genéricos, o que não é capaz de absorver o facto numa experiência autêntica e substancial. Conte abona os positivistas como os homens do terceiro estado, os homens enfim libertos das sombras da teologia e da metafísica, «os filhos da terra que só acreditam nos seus olhos e nas suas mãos». Mas acreditar apenas nos olhos e nas mãos (de novo a noção da crença), isto é, através da percepção externa de um facto sentimentalmente seleccionado, equivale a restringir ao mínimo a capacidade gnosiológica do homem. Eis o que não pode ser aceite pela verdadeira ciência, mesmo quando esta se restringe a uma crítica de cosmos. Com efeito, nem uma concepção de base biológica como a que estruturou Aristóteles, nem uma concepção de base matemática, como a de que Pitágoras foi o iniciador (e culmina em Newton, Einstein, Whitehead) pode radicar em tão imperfeita concepção do facto.

## 3. AS DUAS CIÊNCIAS

No entanto, como o próprio Whitehead o deu a entender, positivismo e ciência estão de tal modo confundidos na mente de muitos pensadores e em ideias gerais, que se diria serem sinónimos. É que, para combater todas as formas de transcendentalização do facto, os positivistas gostam de se reclamar da ciência. Que ciência é esta, no entanto? É uma ciência entendida como experimentação da positividade, ou seja, como ciência à século XIX, à Augusto Conte, à Littré — uma ciência que arbitrariamente permanece fiel a uma certa ordem de objectos.

A revolução industrial e o incremento da técnica, tomando a melhor ou pelo menos a mais vasta parte da ciência — uma ciência de fins práticos — delimitaram-na em fronteiras mais ou menos rigorosas e não é difícil demonstrar que tais fronteiras derivam directamente da formação racionalista e positivista dos cientistas. Assim, a ciência desemboca por um lado numa concepção matemática do cosmos, ao modo de Einstein — e por outro lado, numa concepção que tem também o cosmos por objecto, mas é, pode dizer-se, uma simples auxiliar da técnica.

Esta dupla concepção não preenche porém, o afã científico, deixando fora do seu círculo precisamente dois factores essenciais da vida: Deus, ou o seu equivalente filosófico, a transcendência, que admite uma complexidade infinitamente maior nos graus da naturalidade e da transnaturalidade; e o Homem, que escapa ao descarnamento da matemática e, se pode ser servido ou libertado pela técnica só o será efectivamente quando a técnica se adaptar à medida da sua grandeza real, o que implica uma antropologia prévia. Por outras palavras, a filosofia de base científica radica as suas leis numa observação experiencial da natureza. Estará certo, mas só até certo ponto. Para completar o quadro, deverá agora em primeiro lugar estabelecer a relação de todas as leis ou conhecimentos que queira estatuir, com o homem ou com a transcendência, zonas que imediatamente se dão como diferentes da zona cosmológica, numa observação igualmente experiencial. As ciências naturais, que conheceram um enorme surto no século passado, devem pois acrescentar-se as ciências humanas e as ciências transcendentais.

A abertura destes novos campos científicos, logicamente implica uma reposição total do campo cosmológico, que se lhes articula em relações de necessidade. As ciências humanas, que constituem aliás a grande aquisição do nosso século, desvelarão pouco a pouco o Homem real e demonstrarão se a velha

relação cientista entre o sujeito e o objecto, entre o observador e o facto, está certa ou deve ser totalmente reconsiderada. As ciências transcendentais ou, na expressão de Jaspers, as ciências que têm como objecto a leitura da cifra implícita em toda a vasta superfície do real, caminharão a partir dos elementos deixados em suspenso pelas ciências humanas e pelas ciências cosmológicas. Só serão válidas enquanto recolherem os dados oferecidos por estas. Mas se, experiencial e racionalmente, se reconhecer que o humano não se esgota com o humano e que o cosmológico não se esgota com o cosmológico, então tratar-se-á de prescrutar, assimilar, experimentar e organizar todos os sinais ou avisos de realidades mais altas ou mais profundas.

Na nossa concepção, não houve até agora uma ciência do transcendente, mas tão só uma fé no transcendente ou uma poética do transcendente à maneira romântica. Nem a poderá haver, enquanto as ciências humanas e cosmológicas não se puserem de acordo e não se aprofundarem na sua especificidade e nas suas relações mútuas. Ignoramos se tal actividade científica será ainda do nosso tempo. Mas ela não poderá nunca ter lugar, se nós, homens modernos, não legarmos à próxima geração aquilo que está ao nosso alcance e constitui a grande lacuna de todo o passado filosófico do ocidente: uma experiência do ser na perspectiva antropológica, uma ciência do homem na sua dimensão do ser cognoscente, em análise de todas as faculdades gnosiológicas do ser humano que — já hoje o sabemos — excedeu largamente os antigos conceitos de razão e crença, ideia e realidade, lei e facto.

Porque a ciência não admite apenas o módulo antignosiológico da positividade, tentaremos apresentar, na síntese que nos é possível, os módulos gnosiológicos que poderão fundamentar um outro, mas mais largo, um menos restrictivo conceito científico. Sob tal ponto de vista a ciência identifica-se finalmente com a filosofia e deixa de ter sentido uma distinção que se processou em tempo de crise. É, afinal o conceito já explicitado por Sampaio Bruno, mas nem sempre compreendido no seu simbolismo: «Para se crer em Deus, é preciso que Deus seja mais do que uma necessidade social e uma solicitação de consciência. É preciso que Deus seja uma proposição irrefutável, uma noção científica».

Como se constrói, porém, uma proposição irrefutável, uma noção científica? Sobre a experiência, a razão constrói a teoria. Se, no caso da experiência do facto, conforme Whitehead o mostrou, a solução sujeito-objecto é muito mais complexa do que à primeira vista poderia parecer — a complexidade aumenta extraordinariamente quando a experiência é mais subtil, mais profunda, mais espiritual. Para realizar com garantia a experiência do transcendente que radique uma teoria válida do mesmo transcendente, o homem deverá conhecer-se primeiro a si mesmo como instrumento gnosiológico. «Conhece-te a ti mesmo» é mais uma vez a chave. Já apresentámos — ou tentámos apresentar — as ilusões de um conhecimento apenas baseado na autognose racional ou factológica. Ainda dentro da estrutura individuada do ser humano, analisaremos em seguida, sempre apoiados nos desenvolvimentos recentes de uma filosofia moderna em transe de existencialidade e de concreto, três faculdades humanas cognitivas, três formas de relação entre o sujeito e o objecto, entre o homem e a natureza ou a sobre-natureza, que a filosofia clássica, até Hegel, ignorou ou desprezou, ou então — como no caso romântico — mal conheceu e mal usou: o sentimento, a intuição e a imaginação.

# CONSERVAÇÃO

# E PROGRESSÃO

# DA ESPÉCIE HUMANA

57

Folha independente de cultura

Ano IV — N.º 9 — Setembro de 1960

DIRECTORES

António Quadros e Fernando Morgado

EDITOR

Afonso Botelho

ADMINISTRADOR

Francisco Sottomayor

COLABORAM NESTE NÚMERO

Agustina Bessa-Luis  
Ana Hatherly  
António Braz Teixeira  
António Macedo  
Azinhal Abelho  
Bernardo Santareno  
Carlos Eugénio  
Luís Carlos Espírito Santo

LEIA

	Pág.
Os limites da ciência . . . . .	2
Progressão da Espécie Humana . . . . .	3
Reverso Negro duma África branca . . . . .	4
Carta do Porto . . . . .	5
Meridiano do Chindo . . . . .	6
A beleza e o Caos . . . . .	6
Querubim Lapa - pintor . . . . .	7
O labirinto barrocrático - III . . . . .	8
Crítica . . . . .	8 e 9
Educação feminina e educação fe- minista . . . . .	12

COLABORAÇÃO RESPONSÁVEL

A doutrina de cada artigo é da exclusiva responsabilidade do autor.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Arco do Carvalhão, 197, 2.º-E.  
LISBOA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(Continente)

Séries de 3 números . . . 15800  
Séries de 6 números . . . 30800  
Séries de 12 números . . . 60800

(Ultramar e Estrangeiro)

Mais 10 % sobre os preços indicados

«57» é composto e impresso nas Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco, Lda., de Lima, Victor e Lima, R. João Saraiva, 10-A (Alvalade) — Tel. 76 01 18-9 — Lisboa.

«57» é distribuído por Gonçalo W. Vasconcelos, Avenida António Augusto de Aguiar, 126, 4.º — Lisboa.

O presente número tem 12 páginas  
PREÇO 6000

Já por diversas vezes tivemos ocasião de discutir a influência das mulheres sobre os cientistas, e de expor as condições gerais em que, segundo os factos até agora observados, tal influência se exerce favoravelmente. A influência da mulher, fora do casamento, no pensamento e no trabalho dos grandes sábios, é quase nula, se o compararmos com a influência sobre os artistas. Naturalmente que não é possível prescrever tão profundamente na vida privada destes homens, até ao ponto de fixar assim a influência geral do potencial vital. Não há grandes romances passionais na vida dos sábios, ao passo que eles são muito frequentes na vida dos artistas, de tal modo que até os respectivos pormenores são conhecidos de toda a gente; que é certamente uma prova negativa de que as mulheres, — exceptuando as esposas, as irmãs e as filhas — não representam perante os sábios qualquer papel de aspecto dramático.

A razão é fácil de encontrar. As artes despertam por sugestão ou associação sentimentos agradáveis; por conseguinte, os únicos homens capazes de possuírem e cultivarem tais sentimentos são os artistas; esses sentimentos são intensos e vários, principalmente em assuntos de amor; por isso os artistas procuram consciente ou inconscientemente tudo quanto com o amor se relacionar. Pelo contrário, o maior perigo que ameaça alterar o trabalho do sábio provém dos sentimentos; porque eles actuam falseando o juízo objectivo. Quando os sentimentos não podem ser deixados completamente de lado, o sábio deve para boa organização da sua vida, discutí-los rectilínicamente e evitar todas as preocupações extraordinárias que eles possam trazer. Os sábios são, na maioria dos casos, esposos muito regulares e seguros; oferecem apenas este inconveniente: as suas mulheres devem, uma vez por todas, resignar-se a estarem em segundo lugar na vida dos seus maridos, e a ficarem por vezes completamente esquecidas quando a ciência o exigir. Mas como a ciência é uma amada incorpórea, e não uma concubina concreta em carne e osso, as mulheres inteligentes não costumam alegar ciúmes, e votam aos seus maridos uma espécie de dedicação maternal, que lhes está perfeitamente a carácter.

Qual pode ser a participação directa das mulheres nos trabalhos dos pioneiros científicos? Pode-se responder brevemente do modo seguinte: tal participação até agora nunca existiu, e é de prever não existirá ainda no próximo futuro. É vulgar dizer-se, do lado feminista, que as pessoas instruídas de ideias de progresso, relacionam este facto com a opressão sistemática dos homens sobre as mulheres, mas tal opinião não está devidamente fundamentada. Houve sempre algumas mulheres,

entre as dotadas de aptidões mais masculinas, que se ocuparam da ciência, até com algum êxito; não conheço provas de que hajam encontrado oposição séria na obtenção dos auxílios científicos que poderiam desejar; porque o caminho que conduz à ciência não passa exclusivamente pelas portas da Universidade ou de qualquer outra escola superior, portas aliás abertas às mulheres há mais de um quarto de século; a aprendizagem do autodidacta mediante livros bem escolhidos é incomparavelmente mais fecunda e mais variada do que o antiquado processo de escutar preleções e seguir cursos. Vimos nas biografias dos homens superiores que todos eles aproveitaram o meio da leitura intensiva, e que nas bibliotecas encontraram todos os conhecimentos preparatórios que lhes foram indispensáveis.

Nunca houve impedimento sério ao acesso da mulher à ciência; a possibilidade de as mulheres estudarem nas Universidades existe há mais de uma geração; mas, apesar disso, entre os sábios de primeira ordem não figura uma só mulher. Alguém lembrará o nome de M.<sup>me</sup> Curie; mas ainda não estamos a tempo de formular sobre esse caso um juízo definitivo. Algumas mulheres que se distinguiram por ter colaborado no trabalho científico, não chegaram sequer a ser figura de segunda grandeza; dedicavam-se a um mestre, e fizeram o possível por trabalhar segundo o método ensinado por ele. Os homens de ciência realizaram os seus trabalhos mais notáveis por volta dos trinta anos de idade, mas na mulher o crescimento fisiológico e psicológico cessa mais cedo do que nos homens. A argumentar-se com as circunstâncias exteriores, desfavoráveis ao sexo feminino, deveria então esperar-se das mulheres, que começaram a estudar nestes últimos vinte anos, produções verdadeiramente notáveis. Sim, porque as primeiras a entrar nesse caminho pouco usual, haveriam de ser certamente as que se manifestaram dotadas de maior número de aptidões e de maior força de vontade. Tal não aconteceu, porém. Do ponto de vista objectivo temos de concluir, pois, que as mulheres da nossa época, qualquer que seja a sua nacionalidade ou a sua raça, não estão destinadas para grandes trabalhos científicos. Existe, deste ponto de vista entre a organização das mulheres e a dos homens uma diferença muito considerável, a qual explica que as variações naturais em torno de um valor médio não permitam a produção de um génio científico criador no sexo feminino.

Quer-me parecer que tudo isto é perfeitamente compreensível na presença dos dados biológicos, e que será vã toda a tentativa de interpretar por outros meios esta verdade. A missão de assegurar a conser-

vação da espécie humana é muito alta, muito importante, e muito séria para o sexo ao qual foi distribuída a função mais considerável; dificilmente poderá ele contribuir também para a outra missão, que é a de fazer progredir a humanidade na via da civilização. Isto compete ao sexo masculino. O trabalho científico é o aspecto mais adiantado desta missão; só uma parcela mínima da humanidade masculina se lhe adaptou até agora, e não devemos esperar adaptação igual do sexo feminino. Se reflectirmos nos inconvenientes fisiológicos que a dedicação aos trabalhos científicos introduz até nos homens que parecem mais qualificados para tal, concluiremos que é nosso dever, tanto no interesse da conservação da espécie humana como no do seu aperfeiçoamento, formular um ardente voto: — o de que possam ser as mulheres as primeiras a reconhecer praticamente que, tendo em conta a direcção acima indicada quanto às funções dos dois sexos, obterão muito melhores resultados com a mínima dissipação de energia. Reconhecendo isso, ser-lhe-á possível viver uma vida muito mais feliz.

Há antropólogos e sociólogos que, após considerarem um estágio muito precoce do desenvolvimento da humanidade, prevêm uma nova era com o predomínio da mulher, e medem o grau de cultura dos diferentes povos e Estados pelos progressos já realizados nesse caminho. Sabe-se que a Nova-Zelândia e a Austrália, colónias inglesas que foram a pouco e pouco deixando cair os últimos laços com a Metrópole, estão muito adiantadas a esse respeito, visto que nesses países as mulheres gozam de todos os direitos políticos iguais aos dos homens. Excelente exemplo para observar. Tais povos nada, ou quase nada, contribuíram, no que diz respeito a ciências e a artes, para o património internacional da humanidade. Não produziram sábios, nem cientistas, nem poetas, nem pintores, nem músicos de renome universal. Comparativamente, estas colónias mais avançadas não produziram melhores frutos do que as colónias mais atrasadas, ou seja, do que aquelas que não beneficiaram ainda da emancipação política e social da mulher. É que de tais medidas legislativas não resulta proveito nenhum para o trabalho mais importante da humanidade, que é também o mais difícil trabalho: a investigação científica.

Considerai os imensos progressos que a Alemanha tem efectuado, há cerca de um século, no domínio científico, progressos que a elevaram à direcção superior da cultura europeia, comparai a situação estacionária e atrasada da condição política da mulher, de que principalmente nos acusam os Americanos, e sereis obrigados a concluir, pelo contrário,

que a conservação das tradições familiares parece ser mais vantajosa do que nociva para a ciência. Segundo o que pude observar nos países em que a mulher parece ter uma situação melhor, especialmente na América do Norte, a chamada igualdade dos sexos redundaria imediatamente em predomínio absoluto da mulher, o que tem por consequência fazer baixar, em vez de elevar, o nível intelectual dos homens. O estado pouco florescente da arte nesse país, que ainda não nos deu uma obra de génio, poderá muito bem ser explicado pelo facto de que o público amante de obras de arte, aquele que determina a escolha, a fama e o êxito, quer dizer, as condições médias da produção artística, é um público exclusivamente feminino, ou quase. Segundo o que tem sido observado até aos nossos dias, a originalidade desagrada porque altera os hábitos, e é logo condenada ou reprimida pelas mulheres; a originalidade nunca foi bem recebida, respeitada e louvada nos seus primeiros dias senão pelos homens.

Nos tempos primitivos, quando ainda não estava bem esclarecida a relação que existe entre o acto genésico e o nascimento da criança, e quando a noção de família estava restrita ao laço que existe entre mãe e filho, a mulher assumia uma espécie de função directiva nesta sociedade rudimentar. O predomínio do homem, que se afirma no estado intermediário, não se parece com um retrocesso; antes pelo contrário. A divisão do trabalho, por si só, permitiu que o sexo masculino atingisse alto nível de desenvolvimento intelectual. E é assim que progride a espécie humana. Alterar a ordem das leis naturais não será possível enquanto a humanidade não quiser retroceder, até à condição do ornitorrinco ovíparo, para libertar a maior parte da sua metade feminina, desobrigando-a dos deveres de procriação. A superioridade dos seres vivos não pode ser atingida, indo contrariar a progressiva distribuição das funções pelos dois sexos; é uma lei de biologia geral; a luta arbitrária contra essa lei revela-se-nos sempre uma empresa vã; recomeçar essa luta é dispendioso inutilmente mais energia vital. Eis, pois, a doutrina que me parece mais justa: só o predomínio do homem conseguiu promover e assegurar o desenvolvimento da civilização, na perfeita aceção deste termo. A história afirma que assim se passaram as coisas; há que ver nisso, necessariamente, um progresso.

(Excerto do Livro Grosse Männer, «Os Homens Superiores», por W. Ostwald, Professor da Universidade de Leipzig).

# REVERSO NEGRO DUMA ÁFRICA BRANCA

Existe, presentemente no Mundo, uma certa construção política, dirigida no sentido do Continente Africano, de que vem resultando uma extrema complexidade para as nações que há séculos se empenham na essencial civilização dos territórios que eram tidos como subdesenvolvidos e, até mesmo, desconhecidos.

Não resta dúvida que nasceu a força de aceitação de estarmos na presença duma África em fermentação, com tendências para um auto-determinismo regional, de fenomenologia idêntica ao que se passou na Índia e nas Filipinas.

E na sucessão do poder político dos Europeus, para Africanos — estabeleceu-se uma série de fórmulas governativas, embaraçantes e tentadoras, para quem não cre que só na hegemonia do bloco pátrio, existe o ideal e a força e teima em não crer aprender a lição dos factos.

Para uns chegou a hora de se conceder a inteira autonomia aos povos africanos, sob governos indígenas, completamente independentes das civilizações de que estavam dependentes (tese Russa).

Outros defendem o mesmo princípio de auto-governação, mas ligado ao vínculo espiritual e financeiro, da comunidade do país colonizador (tese Britânica — Commonwealth — tese Francesa — Union Française).

Certos desejam uma sobrevivência do mando dos povos civilizadores e ocupantes, numa gradual independência político-económica, do sistema europeu originário (tese África do Sul — Dr. Malan).

Há-os que reconhecem a necessidade duma revisão progressiva dos processos de cultura e administração, para as Áfricas que, por direito histórico lhes pertencem, mas sempre no princípio espiritual e geográfico, duma adesão, por assimilagem, cada vez mais intensa, à Metrópole que educou e fomentou, como partes integrantes e necessárias, do solo pátrio (tese Ibérica).

Finalmente, os Americanos, têm considerado, a exemplo da Libéria, que a África se deve democratizar e, assim, governar segundo a vontade dos seus nativos, pelo que a considera um «Continente em transição» (Contemporary Africa in Transition — by T. Walter Wallbank).

Há uma questão de mercados a considerar em face duma super-industrialização, o caminho inverso das «especiarias», o que levou ao espietoso dito dum crítico francês que os Americanos julgam ter recebido «a missão divina de espalhar a Coca-cola pelo Mundo». Martin du Gard, diz-nos mesmo, nos seus «Regards sur le Monde Africain», que a ingenuidade Americana imagina que os Africanos desejam libertar-se da tutela francesa, para se voltarem para os Estados Unidos, esquecendo o papel maquiavélico que está reservado à Rússia.

Porém, na verdade, para resolver uma tese sobre independência territorial, de natureza aparentemente pacífica, é preciso determinar a problemática histórica que a condiciona, o sentido da evolução social das raças aborígenes, a essência da Constituição Política, do país Civilizador e a noção do factor humano, de cultura e assimilação, demonstrado na sequência evolutiva do território em causa.

Por  
CARLOS EUGÉNIO

Assim, parece-nos, que para as teses expostas, respeitantes às independências Africanas — havidas e a estabelecer — nos seus idealismos particulares, há que entrar em linha de conta, com o sentido das premissas histórico-culturais estabelecidas, situações, diversidade de métodos e experiências, nas relações com os povos de cor e com a terra.

Já se vê que para os parlamentares autóctones — cegos à ancestralidade civilizadora — apenas existe a solução extrema dum «Colégio eleitoral», único, para todos os Africanos, em claro favoritismo para os países superindustrializados, que outra coisa não querem do que a criação de mercados, acobertos do manto humanitário da fantasia.

O acontecimento mais recente e retumbante desta evolução histórica, foi, sem dúvida, a independência total concedida ao Congo Belga, no pas-



BANTUS — HABITANTES DO CONGO

sado dia 30 de Junho, com a digna presença do Rei Balduino.

Observadores políticos das esquerdas, na interpretação futura do facto, consideram — a par do Advento da República da China Vermelha — este acontecimento, como um dos mais valiosos da última metade do nosso século.

Vejamos o caso. Era, em princípio, a fórmula típica da tese Inglesa e Francesa. O Congo ficaria ligado à Bélgica, por raízes culturais, técnicas e financeiras. Assim, o reafirmaram nos seus discursos e campanhas, o Chefe do Estado Kasavubu, o Chefe do Governo, Patricio Lumumba, ambos cristãos convictos, o chefe Bulikango, do partido Puna e, até, Moisés Tchombé, chefe do partido Konakat, de Catanga e o próprio Bomboko, ministro dos Negócios Estrangeiros — o mais culto e católico, desta 1.ª República — que continuariam fiéis à cultura da Bélgica e que esta seria — na expressão do próprio Rei — conselheira, fornecedora de Técnicos e de Administradores, que os Congolezes viessem a necessitar.

Mas recordemos, resumidamente, a formação deste território que foi Belga.

Em 12 de Dezembro de 1909 morre no Castelo de Laecken, Leopoldo II — criador do Congo, sem que o povo e a plutocracia da época, aceitassem e compreendessem, a grandeza dum tal feito — imenso, magnífico, que cessa com uma indústria mineira das mais valiosas do Mundo e com 27.000 escolas e duas importantes Universidades.

Foi todo um processo de colonização empírica — fria e comercial.

Ainda, quando príncipe, Leopoldo II, visitou o Oriente e trouxe consigo o sonho das terras longínquas, presenteando, até, o ministro M. Frère-Orban, com uma pedra da Acrópole, onde gravou a seguinte inscrição: «A Bélgica tem necessidade duma Colónia».

Lograda a tentativa duma concessão, por parte da Espanha, nas Filipinas — voltou-se para as grandes superfícies desconhecidas, onde se dizia «hic sunt leones», lançando-se na grande empresa do Zaire, em cujas aberturas, Diogo Cão, já se estabelecera três séculos antes.

Atraído pelas explorações de Levingston e pelos estudos de Stanley, publicados em «New York Herald» e os realizados pelos alemães Rohlf, Nachtigal e Schweinfurth, não deixou de pensar em África, organizando, com metucoso cuidado e reserva, uma importante expedição ao Congo, que havia de dar origem ao famoso «Congresso de Bruxelas», em 1876. Reunido de 12 a 19 de Setembro, com a presença de delegados da Inglaterra, França, Itália e Alemanha, o Congresso deliberou, para fins civilizadores e humanitários, criar o estado «neuro», do Congo, dar-lhe uma bandeira, azul com uma cruz dourada, e nomear seu representante em Bruxelas, o próprio Rei Leopoldo II. Foi, assim, o início do Congo Belga, que se tornou colónia efectiva da Bélgica, em 15 de Novembro de 1908, ao qual se juntou, depois da Guerra, por mandato da Sociedade das Nações, a região Ruanda-Orundi, do antigo Este Africano Alemão.

Ficou, assim, englobando cerca de 2.500 km<sup>2</sup>, com a população de 80.000 europeus e 25.000.000 africanos.

Não são necessárias, pois, grandes acrobacias dialécticas, para concluir que a génese de uma tal formação Colonial, foi completamente diversa, do imperativo histórico que nos conduziu à criação do nosso Império — obra gigantesca de estudo, audácia, sangue e espírito.

Foi, pois diferentemente, que arquitectámos uma Pátria Maior — de populações brancas e de cor — culta e humana, espalhada por Mundos, sem hesitações nem incoerências, cimentada no mesmo ideal de cooperação de Metropolitanos e Naturais, a desafiar os séculos.

Não construímos, nem fundámos com desígnios de pele. Não tivemos comboios, autocarros, missões, restaurantes, escolas, cinemas, hospitais, quartéis — somente para gentes de cor.

Para o português a palavra «negro» nunca existiu no sentido figurado. Não temos «negros» em África. Temos sim Portugueses-Africanos. Respeitamos, no limite possível, o sis-

(Continua na pág. 5)



## Férias na Suíça, férias variadas!

As planícies verdejantes e floridas da Suíça com as suas acolhedoras cidades, as pitorescas vilas e aldeias, os seus lagos azuis, encrustados no meio de bosques e prados, proporcionam-lhe o quadro ideal para repousar e para se distrair.

Graças ao seu equipamento turístico modelar, a Suíça oferece-lhe sempre o melhor a preços vantajosos: magníficos meios de transporte — comunicações rápidas e frequentes — bilhetes económicos para viagens de férias — bons hotéis e pensões dentro de todas as categorias.

Peça informações ao Centro Nacional Suíço do Turismo  
Av. da Liberdade, 158-A — LISBOA  
ou à sua Agência de Viagens.

Quem aprecia boas férias, aprecia a **SUÍÇA**

## UNIVERSIDADE DE BALE

Bale, «Porta do Ouro da Suíça», está situada no extremo noroeste do país, nas duas margens do Reno, no sítio em que o rio, vindo do oriente, volta bruscamente para o Norte. As antigas e bonitas casas do centro da cidade são dominadas pelas duas torres da magnífica catedral, símbolo da região. Com os seus 225.000 habitantes, Bale ocupa o segundo lugar entre as grandes cidades da Suíça. Centro de cultura, é também um centro de indústria e comércio, sendo a sede das fábricas de produtos químicos e farmacêuticos que o mundo inteiro conhece.

A Universidade de Bale é de longe a mais antiga da Suíça, tendo festejado no passado mês de Junho o seu quinto centenário. Foi fundada pelo Papa Pio II (Aeneas Sylvius Piccolomini) pouco depois do concílio efectuado na mesma cidade, e abriu as suas portas a 1 de Abril de 1460 num modesto edifício da margem esquerda do Reno, que continuou a sua função até 1939, isto é, durante 479 anos. Um novo edifício, adaptado às exigências modernas, eleva-se agora na Petersplatz.

A história da Universidade está recheada das mais diversas peripécias e atravessou durante todo este tempo, períodos de apogeu e decadência. As melhores épocas ficaram marcadas pelos nomes de sábios de reputação mundial, como Oecolampado, Grymaeus, de Wette, Amerbach, A. Heusler, Plattner, Vesal, Buztorf, Baschin, Paracelso, Zwinger, Mi-

schler, His, Socin, Bernoulli, Schönbain, Nietzsche, Jacob Burckhardt, entre outros.

Em contrapartida, certos acontecimentos como a Reforma, as perturbações políticas das guerras de Borgonha, a Revolução Francesa, e em várias ocasiões graves epidemias, ensombriaram a Universidade. No entanto, considerando-a como o seu centro cultural e espiritual por excelência, a população de Bale procurou generosamente vencer as dificuldades, mantendo o organismo vivo, apesar de tantas vicissitudes. A Universidade está hoje em pleno florescimento; admiravelmente apetrechada sob todos os pontos de vista, o seu futuro está inscrito nas génesis disposições da nova lei de 1937.

A Universidade de Bale compreende cinco Faculdades: Teologia, Direito, Medicina, Filosofia e Ciências Naturais. Tem 51 disciplinas e o ensino é ministrado por 216 professores; há alguns cursos em francês e italiano. A frequência da Universidade atinge aproximadamente os 2.300 estudantes.

A Biblioteca existe, pode dizer-se, desde a criação da Universidade e é formada de cerca de um milhão de volumes, brochuras, jornais e preciosos manuscritos. Entre as instalações dedicadas aos estudantes, mencionamos: as salas de leitura (com refeitório), a sede das diferentes sociedades de estudantes, o centro académico dos desportos, todos instalados no novo edifício da Petersplatz.

(Continuado da pág. 4)

tema natural dos povos. Não fomos racistas. Mais religiosos do que políticos. E desta maneira a nossa perspectiva histórica Ultramarina adquiriu a força dum axioma, baseado em elementos étnicos diferentes, mas caminhando para o mesmo de língua, literatura, tradição, hábitos, religião e consciência cívica. Ultrapassámos, assim, os acanhados horizontes do sentido prejurativo de «Colónia» cruzando da raça para a história, de cultura para a comunidade de ideias, trabalho e sentimentos. Fomos os pioneiros, em realidades históricas, das teorias universalistas das raças espirituais, para que tende a filosofia humanística dos nossos dias.

Analisando os princípios das independências que se estão operando — sentimos que tais manobras não deixam de ser inquietantes, mas estão fora do nosso conceito nacional de Unidade, e, portanto, excluídas dos domínios da nossa História.

Certo dia — quando em 44 as esquadras aliadas actuavam no Canal de Moçambique e eu viajava pela costa, junto de Porto-Amélia — um soldado maconde perguntou-me: «É verdade que habitais cidades no fundo do mar e que vindes para tornar a África branca?» Enteneceu-me este entrelaçar de lenda no espírito aventureiro da nossa epopeia, mas, confesso: esta frase da África branca — fez-me pensar.

A verdade é que os Portugueses nunca desejaram criar uma África branca — mas uma África Portuguesa. Jamais, por experiência, de navegações e regressos, acreditámos em raças com valor de cor ou de geografias — mas sim em civilizações.

E ainda bem, pois o principal erro a que assistimos na África Moderna, é, no fundo, o desengano, com nitido abandono, dos que talvez tivessem sonhado em transbordantes filhas materiais, numa África não cooperada, mas dominada pela raça branca e — quantas vezes com pronúncia de ódio — assistindo ao reverso negro dum África branca — certamente de evolução interessante, mas desastrosa, para o Mundo Europeu.

Velhas lutas tribais, hierarquias nas armas e nos poderes, influências políticas estrangeiras, luta de mercados, O. N. U. e O. T. A. N. — um verdadeiro batuque de guerra — desconexo e distante.

A independência da Togolândia, Ghana (Costa do Ouro), Camarões, Somália — terras sob o mandato das Nações Unidas — nada nos dizem, também, respeito. A da Guiné Francesa — a célebre terra do herói Samba, Madagascar, Senegal (Costa do Marfim), Jabão (República equatorial), Chade e Congo Francês — são, ainda, factos alheios à nossa História.

As já previstas independências da Nigéria, Quênia dos Mau-Mau e Tanganica — indicam-nos, talvez, a nobre convicção de que fomos os primeiros a chegar a África, mas não os últimos a sair — mas sim a ficar — porque a nossa presença é semelhante à que temos na Europa — sagrada e eterna.

Evidente que vamos sentir o peso enorme da nossa coragem, mas Portugal tem consciência dos valores que ardentemente edificou, para exigir dos povos, que lhe seja reconhecido o direito e a liberdade de agir, mesmo em posições avançadas, para a defesa e segurança do princípio Histórico territorial de que não abdica e da essência da sua civilização comum — verdadeiros e únicos sacralíssimos interesses, dos Portugueses do Mundo, nesta época de caos e malquerença. O resto não é connosco. Pertence a Deus.

CARLOS EUGÉNIO

# A SÁTIRA DAS PRIMEIRAS FILAS

Por

AGUSTINA BESSA-LUIS

barrotes dos espaldares onde se ericam puas de madeira. Há vasos de plantas na linha das gambiarras, e a mesa do conferencista, mesa de ministro com torneados pés de ébano fingido, está ao lado do palco, com uma jarra de chá frio em cima. Um poeta passa os olhos travessos pela cena, murmura com um desdouro fútil: «Meu Deus, que gente tão mal vestida!» E aquilo, no tom sucumbido e vexado em que foi proferido, parece de facto algo de assustador e impossível de ignorar. As madeixas dos letrados, a sua marrafa triste sobre a testa com um jeito de anel que se curva anárquico depois da passagem sombria do pente, as gabardinas com o pegajoso sulco das golas, as mãos avermelhadas pelo frio, e aquelas senhoras com a volumosa figura em que se suspeita a corpulência dos seus tricots sob os casacos cuspidos pela chuva, esses casacos que dão às mulheres o aspecto de grandes toupeiras cheias de vento e entre cuja carne se soprou para fazer levantar a pele e para se esfolarem melhor. É ignóbil. Oh, tudo isso arranca do poeta um suspiro de espanto. Ele oculta-se no arco que separa o foyer da sala de espectáculo, e guarda um silêncio precavido e levemente inimigoso. Mas o conferencista aparece. Se ele tivesse surgido do meio dum sarça ardente, não causaria tão desvanecedora sensação; há no público um movimento de simpatia, feito de familiaridade e dessa boa disposição que dá o encontro com uma notoriedade com quem privamos de perto, fora do seu mester oficial. É um homem alto, espesso, de rosto largo e de aspecto tão vigoroso e saudável que convida ao agouro. Pensamos imediatamente numa apoplexia, diante dessas faces coradas e desse porte robusto e vulgar; possui a compleição genuína do mestre sertanejo que esborda amplamente os seus alunos e recebe, num velho cesto, uma rosca de pão e dois frangos romaniscos. Os seus grossos sapatos estão salpicados de lama; ele fala com uma solenidade quase impertinente, e pausa no auditório o seu olhar que inspira uma espécie de terror. É destes homens que, apenas sobem para cima dum caixote vazio, estendem em torno como que um binóculo de campanha e parecem inspecionar os mares com os seus navios piratas, as suas flâmulas suspeitas, as suas nuvens cabalísticas. Está ali, na sua gávea, lançando-nos as suas ordens cada vez mais imperiosas, e, sob o seu olhar, estremecemos como se vissemos dançar os corpos dos amotinados sobre os varridos e lustrosos tombadilhos. É — coisa extraordinária! — o conferencista fala de poesia. Faz um ramo de versos que esfolha cadenciadamente sobre a transida assistência. Algumas pétalas caem-me nos ombros, na cabeça; não me atrevo a mexer-me para as sacudir. Então a solenidade cresce, desenvolve-se como uma planta dos trópicos, faz explodir os seus frutos, marinhar pela terra as suas raízes como tenazes negras e fibro-

sas. Agora o conferencista fala dum poeta morto e exige que ouçamos de pé os seus versos. É, julga ele, uma atitude distinta. Ele próprio expulsa o público das cadeiras com um gesto cortante; exige que chorremos, que violemos o túmulo do esquecido cantor e que depositemos os seus restos entre nós, com uma gravidade obscena, com um sentimentalismo de velhas asiladas. Sinto um vômito, uma cólera que gela o meu coração; toda a gente está de pé e ouve os versos, com essa compostura tímida que é própria das multidões isoladas da sua individualidade. As lágrimas estão prestes a rebentar dos meus olhos; chorarei, sim, por esse rebanho que imita tão vorazmente a piedade, como se, experimentando indiferença ou de desprezo, não pudesse ser inscrito na grande pauta da civilização. Chorarei, não pelo poeta morto — oh! que os teus versos se alimentem no túmulo e que nos tragam a tua dor intacta! Os poetas não devem ser chorados na morte, mas banidos da morte, e, assim, não é a cabeça baixa e a nudez macabra que honram os poetas. A aparência é o que os ultraja, senhores! O conferencista, com a sua saudável aptidão corsária, com a sua pele fresca e o ar contrito e saciado dum inquisidor, continua a recitar o poema. Bebe uma gole de chá e fica, empunhando o copo, seguindo na circunspeção já distraída do seu arroubo fúnebre. Ouve-se a si próprio, as palavras dentais surgem com uma sonoridade exaltada e recolhem imediatamente à larga orelha rubra; gesticula com o copo e, de repente, pausa-o, ao aperceber-se da atitude familiar e tola. Para um homem que preza acima de tudo as atitudes distintas, aquilo é um acidente. Parece ter feito um brinde, e a noção desse desliz, desse equívoco, faz com que estenda pelo auditório o seu terrível olhar de mestre, que escolhe a vítima, que se refaz sádicamente, sobre o temor dos míseros, do seu momentâneo fracasso. Mas há uma pequena vantagem do lado do público — ele não esperava ver chá naquela jarra branca, mas água simples. Isto desenvolve o clima do ilógico, compreendendo que a invulnerável presença do conferencista está ameaçada. E subitamente eu notei o movimento nas fileiras, menos do que um pensamento, um grito que sobe do mais fundo do ser, um sopro que se comunica num espaço mais breve que o dum átomo. Era o riso. O público libertou-se daquela enéfica situação, estremeceu imperceptivelmente sob o impulso dum imensa e franca gargalhada. Ninguém esboçou um sorriso, ninguém pareceu capaz de desenhá-la na face um rictus de ironia, nem de fazer sair do peito um silvo de hilaridade. Mas o riso estava lá. A velha amiga do poeta, com o seu rosto flácido, dum branco onde se percebia o arpejo dum penugem loira, mantinha uma seriedade amarga, logo atrás das filas vazias. Ninguém como ela fora próxima do poeta,

morto e acompanhara os seus aze-dumes, e lera as suas páginas com a maior das piedades, que é escavar nelas, pacientemente, o filão da admiração. Porém, um tremor subtil do seu lábio e o rápido relancear do seu olhar alarmado, confessavam o riso. Durante um segundo espesso e profundo e em que se ouvia a bâtega de água batendo oblíqua nas janelas, houve uma espécie de pânico, de delírio, de deposição da gravidade e entrega total da aparência. Ali estava a rapariga de dedos queimados pelo tabaco e que transpira a indole levemente canalha e taciturna dum ambiciosa; e aquele jovem — profissional da juventude simplesmente —, com os seus punhos ossudos manifestava a boa vocação de operário e o gosto pelos feriados, pelos amores físicos, pelos jogos. Certos narizes humanizavam-se e ganhavam um esplendor paternal; transbordavam das almas as próximas heranças, as preocupações que tinham ficado penduradas à porta, com os guarda-chuvas. Ninguém era mais o corte da sua gabardine, nem o tímido verso de Neruda, nem a profilaxia da metafísica. O riso fazia nascer pequenas bolhas na alma, como as ampolas à superfície dum vaso de peiz; formavam-se lentamente sob a pressão submersa, voltavam a unir-se à pastosa massa e a elevar-se mais longe como redondas cabeças oxidadas. O conferencista, na gávea do palco, atrás da negra mesa ministerial, estendia em vão pelos mares o seu óculo de flibusteiro. As cadeiras vazias, com os talhos rasgados dos seus espaldares, pareciam ir continuar pela noite adiante a sua sátira silenciosa.

Estou a lembrar-me daquela conferência e — palavra! — ela foi a coisa mais estúpida que vi na minha vida. Houve pessoas que perderam os eléctricos e caminharam duzentos metros debaixo dum aguaceiro, depois de ver o ramo de poemas desfolhados sobre as nossas cabeças, um por um. Era uma dessas noites de inverno do Porto, com charcos nos passeios onde se reflectem as luzes das sapatarias. Os canteiros da Avenida tinham plantado crisântemos amarelos que gotejavam como finíssimas tubas. Os vidros dos cafés, embaciados, pareciam azuis e, atrás deles, movia-se a multidão agasalhada e conversadora. Uma gente excelente, cheia de predicados, e que ouve com a melhor das simpatias os conferencistas e lhes paga honradamente as torradas. Mas quê?! Às vezes, do mais sinistro da sua força, do lado avesso da sua sensatez, estremece o riso — ele é como uma vaga solta e despendeada, como uma grande palmada de água que se estende na areia, e limpa, e varre, e purifica. Parece que estão a aplaudir as criaturas acrobáticas e palpitantes, ou que estão a velar resolutamente os mortos, que estão a chorar vinagre e azeite — e estão-se a rir. Bonitas perspectivas para o progresso e as literais ideias do homem massificado! Quando me lembro daquela conferência, digo para mim que a obscura reacção do público, quase nada, quase só um filtrado gesto de contradição que voou juntamente com as pétalas desfolhadas dos medíocres versos, eu digo que aquilo foi formidável. E vocês?

# MERIDIANO DO CHIADO

Por  
AZINHAL ABELHO

Os painéis de S. Vicente de Fora e a personalidade literária de Fernando Pessoa são os dois grandes casos literários do nosso tempo.

Acontece em Fernando Pessoa um desdobramento de facetas que acerta com todos os matizes literários. Poeta-profeta, messiânico, anarquista, desvairado, racinista, épico... Por cada ensaio publicado surge um Fernando Pessoa mais verdadeiro. Casais Monteiro, Nemésio, Simões, Carlos Queirós, Agostinho da Silva, Augusto Ferreira Gomes, António Boto... Todos têm uma revelação a fazer, um ângulo a mostrar.

Com o assunto dos painéis de S. Vicente de Fora...

Cada investigador, cada erudito, cada ensaísta, tem uma chave para abrir a porta que dá para o segredo do políptico célebre. Depois de Joaquim de Vasconcelos, José de Figueiredo, Reinaldo, João Couto, Reis Santos, Belard da Fonseca, Adriano Gusmão e tantos. O afã dos eruditos e investigadores só esmorece com a chegada à especulação dos perspicazes, cientistas e adivinhadores.

O que representam os painéis? Um herói? Um santo?

S. Vicente? Santa Catarina? D. Jaime? Infante Santo? Afonso Botelho conclui no significado e simbologia do Espírito Santo.

E, depois, de se terem debatido as hipóteses de maior controversia sobre a identidade do autor e de quem representa no político, surge aquela madrugada de dia claro, que Almada Negreiros nos revelou, e veio tornar mais actual o caso, que andava em nebulosa erudição.

O pai de Florbela, o antiquário José Maria Espanca, recebia na sua loja de antiguidades pessoas da linhagem mais alta, colecionadoras de velharias. Quando não os conhecia, estava bem atento para lhe saber a estirpe e o nome.

Uma cama exótica, de estilo indefinido, com duas iniciais incrustadas e entrelaçadas andava esquecida. Um S e um T esperavam crisma, para o comprador quando, senão uma vez, entrou um casal que era Silva, ele (ouvindo a esposa chamar) e Trindade, a mulher. O pai Espanca fez negócio imediatamente porque, afirmou, pelos Evangelhos, que adquirira a cama num leilão dos viscondes da Santíssima Trindade.

A dimensão artística dos painéis serve todas as interpretações. A poesia de Fernando Pessoa cabe em todas as matizes literárias.

Nesta semana, após a conferência e as entrevistas de Almada Negreiros vamos outra vez ao Museu de Arte Antiga.

Pouca gente. Alguns estrangeiros. Os nacionais parecem estar ali por engano. Fatal interrogação. Porque estão desertos os nossos museus?

Resposta. Falta de cartaz. Ao menos e ao mais, a pugna de Almada Negreiros agitou a questão.

Museu, lugar das musas. E as musas permanecem ali esquecidas, sonolentas, frias, em

Museu Arqueológico? Pedras ricas. Mosaicos notáveis. Documentos preciosos. Mas arranjo péssimo. E depois, a que propósito é que estão ali as condecorações políticas dum contemporâneo junto das esculturas romanas ou das múmias egípcias, doadas pelo Duque de Palmela? E uma guitarra de faiança?

Para haver um lugar para cada coisa, e uma coisa em cada lugar, porque não vai a guitarra para o Museu do Conservatório? E havendo logo ao lado um Museu de Arte Popular, porque nos são mostradas aquelas miniaturas pobres dos trajos rústicos?

Um museu tem de dar lições. Ou então, ser lugar de sonho, de beleza, moradia das musas.

Dizem-me que vai ser construída uma galeria na Cidade Universitária para a Arqueologia.

E porque não vão as pedras portuguesas e as que nos estão ligadas para o Castelo de S. Jorge?

Tarde de burgueses no Chiado. Subimos pachorrotamente a Rua Garrett. O único grito moderno foi dado pela grade doirada com a assinatura do Jorge Vieira, naquela seicursal dum banco onde estava a Hayanesa. O resto... Eça de Queiroz e os Vencidos da Vida. Só a mudança de apelidos.

Ao lado do Governo Civil, em frente à caixa dos artistas do S. Carlos, entra-se no Museu de Arte Contemporânea. O átrio todo com pintura romântica; Visconde de Menezes, Ribeiro Cristino, Alfredo Keil.

Porquê «de Arte Contemporânea»?

Não têm lugar estes quadros já no Museu de Arte Antiga?

Sala de Columbano. Certa. Aqui pode começar a nossa pintura contemporânea.

Sala dos directores. Muita coisa a mais de Sousa Lopes e Carlos Reis. Dolorosamente a mais, porque há pinturas que nada significam na obra dos seus autores.

Nas outras salas: de Eduardo Malta mostram-se agora mais quadros e no lugar de honra. Quem entra vê logo o vestido de seda vermelha daquela menina da alta finança.

Malta devia evitar estes chistes dos seus opositores, sabendo, como sabe, que a sua entrada para director desta galeria foi discutida, combatida e solicitada que não fosse efectuada. Um museu nacional não pode estar nos apetites e tendências particulares.

A chamada arte contemporânea (da actualidade, das novas correntes) está num esconço.

Museu de Arte Contemporânea?

Tirem-lhe o subtítulo «de Contemporânea» e estará mais certa. Assim, com aquele Zoloaga mediano, à mostra e um bom Portinari escondido, é uma zombaria. Os contemporâneos estão ali tímidos, receosos, nem podem falar alto.

O nosso Museu de Arte Sacra. Restringido ao período Joanino, embora rico, terá de se chamar uma galeria.

Lugar para um grande Museu de Arte Sacra?

Com o incêndio da igreja de S. Domingos, pode dar-se o caso de ser no cardinalato de D. Manuel Cerejeira, a ocasião propícia para a construção da nova Sé de Lisboa.

Na velha catedral havia lugar para as mostras dum grande Museu de Arte Sacra Portuguesa.

E o da Câmara de Lisboa? Resposta infalível. Na Casa dos Bicos.

(Continua na pág. 10)

# A BELEZA E O CAOS

Por  
ANA HATHERLY

Criar é organizar, lutar contra a potência do espírito desordenado. Criar beleza é opor a graça à força caótica da fealdade. Mas o sentimento da fragilidade que muitas vezes nos dá a beleza, gera o medo, o medo que a fealdade do caos vença.

A arte, ao dominar sobre o caos pela criação, prefigura o ritmo do equilíbrio, da beleza, da ordem cósmica desejável. Uma obra de arte é uma realização humana que nos permite assistir a uma vitória do ritmo sobre uma força desenfreada, difícil de captar e de conter, o complexo cego, surdo e mudo do compacto imobilizante. Mas por que meio domina a beleza através da criação a fealdade do caos? Pelo Verbo. Por isso todas as artes têm a sua linguagem, são uma linguagem. No princípio é o caos — o verbo o organiza. Como? Opondo à força-bruta imobilizante a força rítmica do movimento espiritual.

Mas assim a criação, para se opor com eficácia à força do caos, tem de ser ininterrupta. Será essa a razão de tantas vezes nos assaltar a fadiga duma existência forçada ao movimento constante? Parar é morrer, e não sabermos se morrer é a vitória definitiva do caos sobre a nossa possibilidade de beleza, gera o medo.

Um símbolo desse terror é a mudez. Mudos nos representamos sempre os mortos, e as almas que não encontram o seu caminho de comunicação são ainda almas silenciadas, sombras espectrais horríveis de mudez. Porque mudez é impotência. Se a palavra é a primeira via para combater o caos, a linguagem da arte é a sua vitória.

Mas em tudo o caos se insinua. Colher do espírito desordenado, anterior à criação, pode implicar colher elementos de destruição que se hão-de tornar activos ao serem organizados, porque criação não quer dizer beleza só por si: pode-se criar beleza e pode-se aumentar a fealdade caótica pela acessibilidade da ordem que lhe proporcionarmos. Na delicadíssima alquimia que precede a criação entram todos os elementos disponíveis: a predominância de uns ou de outros definirá o processo. Como distinguir então de entre as partículas disponíveis (de valor irreconhecível na amalgama da desordem) as que darão este ou aquele produto? A que filtros, balanças e decantações se recorrerá? Nunca uma obra deixa de ser um composto, nunca deixa de trazer em si todas as possibilidades de ordem e de destruição — a sua consistência final dependerá do ritmo em que se incorporar, da direcção em que evoluir, da cadência espiritual que for possível transmitir-lhe, da cadência espiritual que lhe for possível transmitir-nos. Só assim não confundiremos a beleza com a anarquia sob a máscara da ordem.

A vivência do belo, por parte daquele que cria ou mesmo por parte daquele que é apenas participante pela contemplação, faz pensar muito na teoria da reminiscência. Onde nos vem esse ímpeto para a criação do belo, para entender e realizar o belo como uma sabedoria da ordem cósmica desejável? Que sabemos nós da beleza para tanto poder significar

essa miragem que seria alucinatória se não fosse a oposição mais válida ao poder de destruição do caos? E como conheceremos nós a beleza a partir do caos?

Que a criação tem de ser contínua, que tem de ser por nós continuada, quer dizer que na criação transpomos para um plano de comunicabilidade o nosso vislumbre pessoal, pretendendo desse modo fazer recordar àqueles porventura mais imersos na inércia do esquecimento, aquilo que num tempo foi conhecido de todos. Curiosamente se harmoniza assim o mundo das ideias com o mundo da acção. Se a ideia está na origem possível de toda a atitude dinâmica — e mesmo a contemplação é dinâmica — não existe mais oposição entre potência e acto, porque na criação artística o homem realiza o seu alto destino de intérprete que se torna em condutor. Colhendo do espírito desordenado o germe da ordem desejável, restitui à beleza original mais uma sua parte integrante, contribui, mesmo que seja só numa proporção ínfima, para a reconstituição da beleza na sua integridade original.

O mesmo equivale a dizer que a beleza se acha confundida na desordem do caos que se mistura ou se misturou à criação divina. A beleza está então dispersa no caos? Quem sabe se o caos não é senão a memória dos homens, a sua multiplicidade, as diferenças abissais que separam uma alma de outra e todas do conhecimento supremo. Esquecemos? A sabedoria encontra-se agora dividida. Cada um só entrevê a parte que lhe corresponde na dispersão geral. Assim o possível castigo para o pecado original, a possível condenação do homem pela sua queda, residiria na fragmentação, na desintegração das suas faculdades e poderes. Mas deste modo, considerando a beleza reencontrável a partir do caos, pressupomos uma prioridade: pressupomos a beleza dispersa no caos por um acidente e sendo ele próprio o acidente, a perda da beleza torna-se em queda remissível.

O superior sentido da beleza do espírito grego, reconhecendo o perigo do caos que se manifesta na fealdade da desordem, no incontável desequilíbrio, criou a antropomorfização da natureza pelos deuses. Parecer-lhes-ia então a terra e os seus elementos uma obra desordenada? Talvez não. Talvez fosse só o desejo de revelar na natureza duma forma ainda mais evidente o seu carácter de criação superior, a sua qualidade de «natureza», ou seja, a sua qualidade de força submetida a certas leis que regulam os seres e o universo, uma forma de explicar o problema do homem pelo mundo que o cerca. Dando à natureza uma representação viva, anímica, idêntica à sua, aspiravam à harmonia pela compreensão. O imponderável, o transcendente inobjectivável, era figurado pelo Destino, a Terrível Fatalidade, que se colocava acima dos homens e dos deuses. Porém, essa fatalidade tinha menos um carácter de transcendência no sentido de superior ordem ou de superior beleza do que o de um sen-

(Continua na pág. 10)

No panorama actual das artes plásticas portuguesas, torna-se cada vez mais difícil ao estudioso ou ao crítico, o discernir o que há de autêntico e sofisticado, na extensa produção dos artistas novos, qualquer que seja a bandeira que os guia ou a escola em que se filiem.

Se na tradição romântica, o jovem pintor ou o jovem escultor, sempre foi a vítima da desconfiança do meio e apenas a golpes de talento ou de sorte alcançava romper a densa muralha do conformismo burguês, verifica-se hoje, graças a uma complexa evolução da opinião pública em relação às artes, o fenómeno inverso: isto é, toda a manifestação juvenil de algum modo ligada às artes (e às letras, também), é desde logo olhada com respeitoso cuidado

snobismo dos deslocados, dos estrangeiros no próprio país, onde a tacanha mentalidade burguesa é avessa ao reconhecimento e pagamento das suas obras. Mas, a verdade dolorosa, é que, na por vezes luminosa produção juvenil, falha qualquer esforço mais audaz de autêntica formação estética; a tendência para o fácil, ou o já feito, a feminil passividade perante a descoberta alheia ou o alheamento total da aventura, que consiste em cada qual buscar para si mesmo o seu caminho, a sua verdade e a sua vida, faz de dezenas de jovens apenas chegados ao mundo das artes, verdadeiros demitidos da sua função criadora — e no calor com que defendem as concepções estéticas sucessivamente dominantes, confessam-se verdadei-

terária e artística portuguesa. Ainda há pouco saído do sensacionalismo futurista, mal refeito dum esteticismo esterelizante, a grande falange dos artistas e dos escritores novos, acolheram de braços abertos a nova corrente, que, nimbada do brilho de reivindicações estético-sociais, parecia lançar de novo a arte no caminho do humano e do natural. As primeiras Exposições Gerais de Artes Plásticas, levadas a cabo nos salões da S. N. B. A. deram a réplica pictórica à literatura: foram dezenas os jovens militantes do neo-realismo que então surgiram afirmando esperanças; entre eles, Querubim Lapa. Pode situar-se aí a primeira manifestação autêntica deste pintor, escultor e ceramista. Vindo das fileiras do

que supõe o poder ou potência de criação. Mas, criação de cousas belas.

A noção existencial da beleza em si, isto é, o preconceito de que todo o objecto é belo naquilo que é e enquanto o é, conduziu demasiado depressa ao desvario e à demissão do pensamento nos artistas. A beleza incriada, ou seja, a beleza do que brota insólitamente das mãos do artista ou do artífice, foi o alvo traiçoeiro e insincero de muitos jovens desta geração. Para Querubim Lapa, porém, as cousas passaram-se doutro modo. A lição do estrangeiro, cujo interesse reconhece primordial, serviu-lhe sobretudo para confirmar que *é aqui* que as coisas se farão. O exemplo dos mestres de além-fronteiras, frutuoso e saudável, serve para a

Em vez de prosseguir na senda já aberta, o artista terá de descobrir e abrir o seu próprio caminho. Antes de transportar para cá a paleta estrangeira, terá de olhar e fabricar os nossos azuis, os nossos vermelhos, os nossos verdes, os nossos brancos. Terá de olhar de dentro a perspectiva da nossa paisagem e situar nela o sangue do nosso povo. Terá de assumir até ao extremo limite do seu significado transcendente, a responsabilidade de ser pintor português, de ter nascido no seio dum povo cujo passado, cujo presente e cujo futuro, dependem sempre um pouco do que o próprio artista for. Terá de identificar-se com as ideias estruturais do pensamento pátrio e não pode alhear-se do

## ARTISTAS PORTUGUESES-II

# QUERUBIM LAPA - Pintor



VENDEDEIRA DE LUAS — Óleo

— não vá dar-se o caso de o novel artista vir a ser um génio.

Os juízos de valor tornam-se cada vez mais angustiosos, visto como a aferição das obras parece carecer de toda a garantia: por um lado, o lastimoso equívoco dos que aceitam genuínos documentos de estudo psiquiátrico, como sejam as produções plásticas infantis ou as dos alienados mentais, por autênticas criações artísticas; por outro lado, o preconceito provinciano do símile com o estrangeiro, podem levar os melhores intencionados a uma defeituosa visão do nosso panorama artístico e literário. O dramático, porém, é que no nosso meio as consequências de manobras comerciais como as de Paris, de Londres ou de Munique não trazem, para os artistas, benefícios substanciais, quais os da fama e da fortuna. Desiludidos, frustrados, enxameiam os cafés com o triste

ros académicos, no pior sentido do termo.

Claro está, a escola não ensina nem aponta directrizes. Todos conhecem a falência tanto dos métodos, como dos frutos do ensino artístico português. A obtenção do diploma, é forçada pela necessidade do jovem alcançar posição de segurança na escala social; mas, já ninguém hoje acredita que confira autoridade ou formação. Muito ao invés, é geral a desconfiança para com os diplomados. Aliás, todo o movimento cultural desenvolvido adentro de fronteiras, deve-se aos que não sofreram os vários vexames e exames dum curso regular. Honra maior para os que, apesar da humilhante carreira pelos bancos da Universidade, chegaram ao palco da vida com algo para dizer ou para fazer.

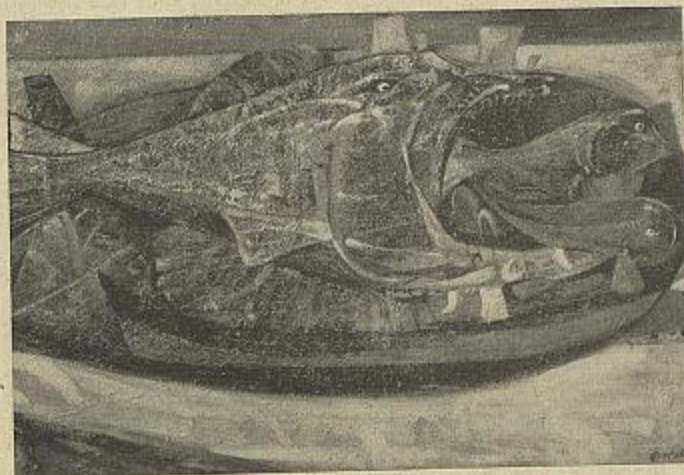
Há quinze anos, o neo-realismo dominava na paisagem li-

naturalismo académico, acusando a influência que um Malhoa demasiado pitoresco exercera nos seus dezoito anos, em pouco tempo, Querubim Lapa reveu toda a enorme e pesada herança duma estética anacrónica e sem conteúdo e virou, com resolução e com vigor, a curva do seu caminho: dessa falange neo-realista, pode afirmar-se ser ele o único, na modéstia do seu isolamento e na força do seu intuito, que não parou nem ficou agarrado à cómoda fruição do conquistado. Sempre pintor figurativo, acusa agora a chamada arte abstracta de verdadeira falência, de autêntica negação da arte: o que no artista possa existir de inconsciente, é o processo misterioso do acto criador, é o modo pelo qual ele entra em comunicação com a ideia; mas, a obra é ele quem imagina, a ideia não o visita senão a seu chamamento: o artista não é passivo perante a inspiração e no acto criador imprime a sua varonia. Ora, o que confessa a impotência perante a ideia inspiratriz e passivamente se comporta como mediano ou «medium», entre ela e a obra, está desse modo traindo a própria ideia de arte,

redescoberta do que em nós existe, para progressiva tomada de consciência da nossa própria missão de artista.

Há, para Querubim, que olhar primeiro a natureza e surpreendê-la no exacto desenvolver das suas formas, entedê-la no mais amplo significado da sua presença em face do homem e depois prescrutar a sua dimensão poética; ir para além do que revela, para atingir o que sugere; para além da linha, do volume e da cor em que se manifesta, reintegrá-la no concerto principal da Criação. Mais do que o poeta que a exalta, o artista é o demiurgo que a sublimiza.

E tudo se passará aqui. A paisagem é a nossa e os tipos humanos, os do nosso povo. A problemática não se importa, porque não se importam as missões dos povos. O artista é herdeiro, participante e feitor dessa missão; outros que a neguem. Na arte, como na vida, não há a geração espontânea. Uma época de grandeza não surge por coincidência de acasos felizes e estranhos à história dos povos. Algo perdura na sombra que faz brotar a luz, de quando em quando.



PEIXES — Óleo

meio cultural que o promove — Depois, pintará.

Para Querubim Lapa, não é admissível a mera emotividade, mais ou menos delicada e sugestiva, como razão suficiente da existência dum artista. O esforço de interpretação, patente em alguns bem intencionados artistas, é apenas o aspecto exterior, digamos, a presença dum estilo, que não pode preencher nem subestimar o papel da sua mensagem estética. O artista não pode ser um ignorante com habilidade manual; e embora à razão esclarecida isto pareça óbvio, a verdade é que o equívoco se instalou entre nós com foros de cidade e, enquistando-se, apenas por extirpação cirúrgica será possível eliminá-lo.

Querubim Lapa, após a via sinuosa duma evolução de quinze anos, está hoje mais próximo da natureza do que à primeira vista parecerá ao grande e distraído público. A sua preocupação actual é não trair, prescrutar até ao pormenor, o mundo que o cerca, e através dele atingir a significação das coisas e dos seres. Por escandaloso que a muitos tal se antolhe, está mais arreigado à Pátria e aos seus problemas, do que outros que julgam inscrever-se na missão histórica dum povo, por se servirem de seus Santos ou Heróis para modelos de suas criações. O artista é o criador de coisas belas, mas, a beleza das coisas não está apenas nos modelos encarcerados nos muros dos museus, nem a fonte inspiradora mana nas vertentes a leste dos Pireneus. Querubim Lapa, que soube viajar, soube também regressar; mas a mais fecunda viagem, ele a está fazendo aqui mesmo — e ninguém sabe aonde o levará.

FERNANDO MORGADO







## MERIDIANO DO CHIADO

(Continuado da pág. 8)

Há poucos museus em Lisboa? Mas os que há são pouco frequentados.

Verdadezinha; só faz falta o que não há. Mas a juventude portuguesa não faz falta os museus. A tacañês da nossa metodologia de ensino, dispensa a visita às galerias de arte. Não vemos os rapazes das Belas Artes a copiar os clássicos. E aqui está o exemplo estrangeiro, que eu não gosto de citar: no Prado, no Louvre?

Os nossos museus são pobres ou ricos?

Em pintura faltam vedetas internacionais. Não vemos um Goya, um Greco, um Leonardo, e só há pouco existe um Velasquez, e apontamentos de Picasso e Dalí.

Talvez a benemerência da Fundação Gulbenkian forneça a dádiva ao nosso património artístico.

Porque se interessam tanto os escritores pelas artes plásticas, perguntam-me aqui ao lado.

Respondo: primeiro ver.

Casas Museus?

Em Portugal há pouquíssimas. Aparte a de Guerra Junqueiro, S. Miguel de Seide, João de Deus, Bordalo Pinheiro...

Agora em Alpiarça, o Solar dos Patudos; em Bragança, no Museu Abade Baçal, a Sala Trindade Coelho.

O que há a fazer pelo nosso País!

Museus novos; museus velhos. O que se pretende é que os museus tenham além da arte, vida. Parece-nos que os exemplos do Palácio de Vila Viçosa, e o de Abel Lacerda no Caramulo dão cartas nesse sentido.

Falando hoje de museus, com o lugar de sonho de beleza, pode ser que os do Chiado, quando passem por lá, quando sobem e descem, olhem para lá.

AZINHAL ABELHO

## A BELEZA E O CAOS

(Continuado da pág. 6)

timento de incapacidade humana de impedir a destruição que a todo o momento ameaça a ordem.

Hoje, é-nos mais fácil reconhecer que a nossa possibilidade de vantagem sobre o caos reside no movimento espiritual. O espírito grego considerava a transcendência através do homem, nós consideramos o homem pela transcendência. Por isso o seu sentimento do belo era naturalista quanto o nosso é abstractivo. Aqui ainda naturalismo quer dizer referente à natureza cósmica enquanto abstracção significa mais misticismo. O nosso desejo de ordem, o nosso sentimento de beleza, seriam assim toda uma noção de religiosidade que vê por detrás do caos a ordem, em oposição ao espírito grego que via por detrás da ordem o caos.

O movimento espiritual que para o espírito grego residia na objectivação, na redução ao campo do possível, à condição física do homem, embora simbólico e metafísico, para o homem ocidental, produto da civilização cristã, esse movimento exprime-se melhor pela superação do humano no metafísico, embora sempre

e ainda simbólico. Porque o símbolo é a única linguagem possível ao homem para traduzir e interpretar o transcendente. É assim que a sua criação será sempre uma forma de aspiração ao transcendente pelo formal. Resultar a forma, por vezes, numa limitação da sua ânsia de sobrenatural levá-lo a procurar numa concepção abstracta do belo um caminho de criação mais depurado, o que equivale a dizer que reconhece na objectivação plástica, apesar de originada no sentido da ordem, uma diminuição da sua aspiração espiritual.

Deste modo atinge uma visão mais profunda da beleza, aproxima-se da verdade mística. Mas esse conhecimento, essa experiência espiritual, não acentuam menos o carácter necessário de comunicação da obra de arte. Desde a objectivação do subconsciente à abstracção geométrica, ainda o caminho é de desejo de compreensão. É a aspiração à ordem pela medida, medida rítmica espiritual no mais alto grau, mas sempre medida, desejo de acessibilidade pela ordem. E mensagem que seja comunicação.

ANA HATHERLY

## EDUCAÇÃO FEMININA

(Continuado da pág. 12)

Só um meio natural de selecção através de um ensino que tome em consideração as diferenças dos sexos, e imprima à sua didáctica uma orientadora função, dando a cada qual o que lhe compete, poderá ainda obstar ao maléfico decair de um povo, prenhe de tradições.

Libertar o pensamento, ginastizar a imaginação, e desenlear a inteligência, seriam, as características a desejar, num ensino masculino, onde o rapaz, em lugar de se sentir gartoteado por um saber em extensão, pudesse progredir, evolutivamente, no caminho de um conhecer em profundidade.

A substituição de exames por trabalhos ou teses, onde o aluno pudesse expor pontos de vista, discutir argumentos, refutar afirmações, num evoluir contínuo e auto-realizador; o cordeal estreitamento de relações entre professores e alunos, de modo a que a burocratizada oposição entre corpo discente e corpo docente fosse substituída, pela coordenada mestre-discípulo. O encaminhar, o conduzir com amor, e o desenvolver com fé,

seriam as normas de uma tal pedagogia, seriam as bases ou alicerces de uma futura sociedade.

O pensar maduramente na situação dos nossos filhos, no seu afã de aprendizagem; o analisar a tendência feminina das estruturas de todo o nosso ensino; o prescutar a posição do homem dos nossos dias na sociedade, em casa, nas ruas ou nos empregos; o meditar na passiva atitude fatalista de quem de direito, levou-nos a escrever, porque consideramos serem o amor e o ódio, opostos que se encontram, estádios que se anulam, quando a esperança, a fé e a caridade, servindo de meios, ou mediadores, procuram congruar os interesses desavindos. A imodéstia, a emoção e o erro, são situações escravizantes, para todo o homem que, cego pela ambição, pretende apenas usufruir o disfrute do lugar a que ascendeu no escol do presente, sem inteligentemente propiciar, facultar ou conceder, o desenvolvimento das aptidões, aos que formarão o escol do futuro.

LUIS CARLOS DO ESP. SANTO

A consagração dum grande romancista e dum notável romancista!

### 5.º PRÉMIO CAMILO CASTELO BRANCO

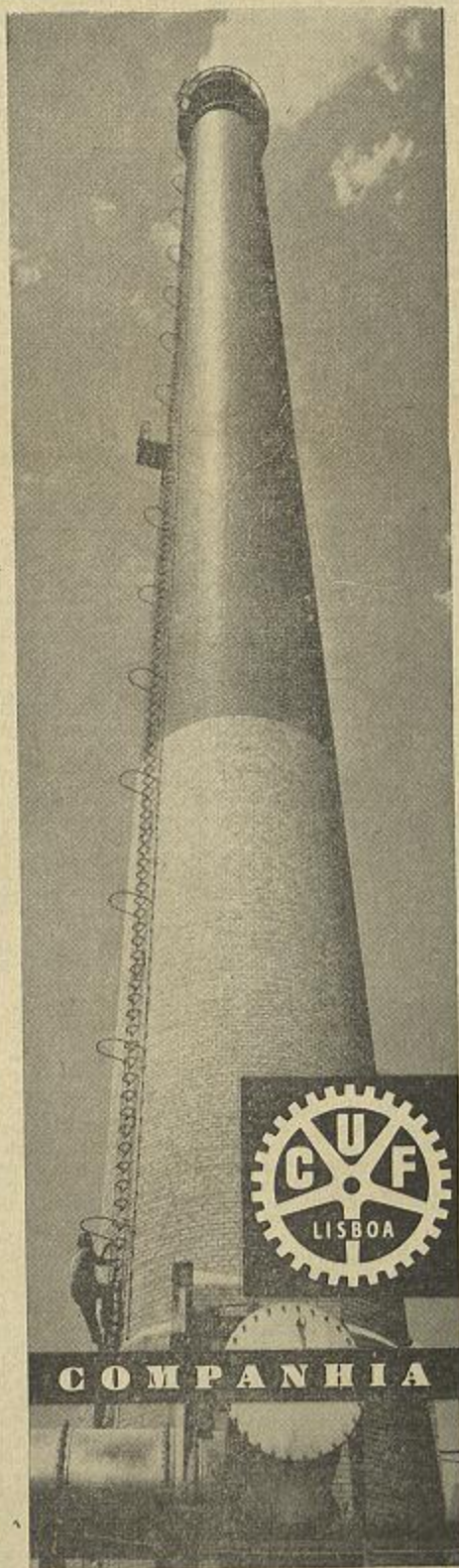
Instituído pelo Grémio dos Editores e Livreiros e atribuído por um júri da Sociedade Portuguesa de Escritores ao romance de

### VERGÍLIO FERREIRA APARIÇÃO

a obra de ficção mais aplaudida, nestes últimos anos, pela Crítica portuguesa

2.ª EDIÇÃO

PORTUGÁLIA EDITORA



(Continuado da pág. 12)

provincia  
essencialmente aprazível

1960 — A SABOIA CELEBRA O SEU CENTENÁRIO

No ano corrente, explore as montanhas com reflexos lílases, os lagos românticos de uma das maiores zonas de recreio do mundo. Na Saboia, poderá tentar a sorte ao jogo em Aix, entrar nas corridas de Ancey, fazer golf em Evian, ski em Chamonix, velejar em Talloires, desafiar o Monte Branco — ou se preferir, deixar-se embalar tranquilamente sob os frondosos plátanos, olhando os cisnes que cortam as águas plácidas.



PAVAS  
Z. (s/n) CORNÉ



largas à fantasia em França

## France

COMMISSARIAT GÉNÉRAL AU TOURISME

RUA AUREA, 3.º - LISBOA - P. P. C. 25368/9

inteiramente no equívoco. Acreditem, leitores: se a literatura fosse efectivamente isso que dizem que ela é, de acordo, que grande literatura teríamos nós, e não só nós, a Europa Ocidental, que servilmente procuramos seguir para acertar os ponteiros pelo relógio de Paris, como se dizia há vinte anos e até nos bons tempos dos químericos Vencidos.

Se escrever fosse o equivalente em segundo grau da confissão religiosa e católica ou ainda dos relatos psicanalistas para cura de neuroses e impotências; se fosse um meio de honestamente ganharmos a nossa vida, impor o nosso nome, satisfazer a nossa vaidade, conquistar um e um os degraus da fama e da glória; se fosse uma bem intencionada artesanaria, uma espécie de carpintaria, tanto mais valiosa quanto mais perfeita a junção das peças e a resistência dos materiais; se fosse uma arma do arsenal político — político-sociológico, político-religioso ou político-potestático —, um instrumento aliciante de reacção ou revolução; se fosse o sucedâneo da fotografia, segundo a técnica mais moderna, bem entendido, a cores e mesmo a três dimensões, se fosse a construção palavrosa de uma forma, de uma certa substância, de uma abstracta plasticidade verbal; se fosse a expressão de uma moral da sinceridade ou da mentira, da beleza ou da fealdade;

se a literatura fosse apenas alguns destes ou mesmo todos estes fins limitados que os nossos escritores revelam em inquiridos em que têm a imprudência de se descobrir, viveriamos então, Portugueses, Peninsulares, Ocidentais, um período único, excepcional na história da literatura.

Mas o equívoco é tão grande que assusta. Conceda-se que fazem talvez bem o que pensam mal, o que evidentemente, não chega e mostra que o equívoco da literatura é afinal uma das muitas modalidades do equívoco da filosofia. Conceda-se que os nossos escritores mais talentosos não são faltos de boa vontade e bom estilo. Mas concedam-nos que têm muito pouco para dizer. Como se prova pelo que dizem e sobretudo pelo que não são capazes de dizer. É a hora?, Fernando Pessoa. Chegará. Mas aguarda ainda um pouco. Paciente e espera.

### O EQUÍVOCO BUROCRÁTICO

O gigantismo do Estado, herdeiro do direito romano e da então formulada teoria administrativa em que a centralização do poder se processa através da lei e do regulamento universais, deu origem a esse sistema intermediário a que hoje se dá o nome de burocracia. Hídra tão voraz, que o próprio Estado, seu demiurgo, se vê obrigado a cercá-la nos seus poderes, como há pouco aconteceu entre nós, a burocracia é um monstro tanto mais nocivo quanto, criada por uma ideia sem corpo e sem alma, é ela mesma um corpo sem cabeça.

Explicamo-nos.

Criada por uma ideia sem corpo e sem alma: com efeito, a burocracia medeia e executa uma legislação abstracta, universal e intemporal que, com ser herdeira do positivista e imperialista direito romano, reforçou, à luz do idealismo filosófico e principalmente do hegelismo de esquerda ou de direita, o imperativo da ideia, da Razão, do conceito sobre os homens na sua concreta especificidade, na sua distinta problemática e na sua individualizada ou nacional estrutura animica. Uma legislação de gabinete, formulada por uma razão teórica e inspirada pela historicidade universitária dos tratadistas tende assim a ignorar e a menosprezar o concreto humano, a forma, o fônis psíquico, as tendências particulares das raças, das nações, das províncias, das cidades e dos indivíduos. Julga-se universal, olímpicamente intemporal, superior às contingências, desde a contingência que é o pobre ser humano sofrador esmagado pelo sistema, até à contingência que é a contínua evolução de uma problemática.

Normalmente, esse pobre ser humano que são todos os seres humanos, pois cada um tem o seu específico problema, irredutível à chamada escala social — normalmente, reage. Lacónica e abstracta, a lei não precisa o seu caso. O seu caso, complexo e desbordante era infinitamente mais vasto do que o seco artigo da lei. Era preciso que este homem fosse compreendido na sua univocidade — para que o seu potencial criador despertasse e se activasse. Ao invés, pretendia-se que ele subsuma o seu problema vivo numa descarnada solução geral ou social. Para o espartilhar, para o reduzir, para o transformar, de homem vivo em homem-massa, usando a expressão feliz de Ortega y Gasset, aí está, numa primeira instância a burocracia; numa segunda instância, o tribunal.

Para que o mecanismo burocrático funcione, porém, como eficaz redutor do humano ao jurídico, do individualizado ao abstractamente conceptualizado, é preciso acima de tudo que os burocratas não pensem e não ousem, por um movimento de reflexão ou simplesmente de piedade, ajudar o desgraçado colhido nas malhas burocráticas. Eis porque nenhum burocrata é responsável: têm sempre um superior a quem prestar contas e este por sua vez, obedece sempre a um regulamento, a uma postura, a uma lei. Os burocratas são, porém, homens e têm ainda sentimentos. Por isso se escondem sob barricadas de papéis e perante as pessoas inquietas e constantemente frustradas, desculpa-se com os formulários e formalismos.

A burocracia é de tal modo um corpo sem cabeça, que ninguém está em condições de resolver um problema não previsto nas suas codificações. O trágico é que todos os problemas são problemas não previstos. O trágico é que o equívoco da burocracia, filho do equívoco do direito, provoca necessariamente a paralização total de uma sociedade, de uma cultura, de uma civilização.

# SACCOR

AO SERVIÇO DA AVIAÇÃO PORTUGUESA

COMBUSTIVEIS LUBRIFICANTES

